

# O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NA FRONTEIRA ATRAVÉS DE UMA ESCOLA PÚBLICA FEDERAL: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL

Desarrollo Económico y Social en la Frontera a Través de una Escuela Pública Federal: Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Mato Grosso do Sul

Economic and Social Development in the Frontier through a Federal Public School: Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso do Sul

Wanderson da Silva Batista\*  
Mara Aline dos Santos Ribeiro\*\*

**Resumo:** Neste artigo analisa-se a relação entre desenvolvimento econômico e social com educação gratuita, no âmbito da atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul, dos Campi de fronteira – Corumbá e Ponta Porã. Buscou-se identificar as contribuições dessas duas unidades, “escolas técnicas”, em prol do desenvolvimento local e regional, especificamente as fronteiras pertencentes as regiões noroeste e sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul. Nossas análises apontam que a trajetória perpassa pelo alinhamento de instrumentos institucionais como o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, à implementação de cursos voltados às necessidades da população fronteiriça.

**Palavras-chave:** desenvolvimento local, educação profissional, fronteira.

**Resumen:** Este documento analiza la relación entre el desarrollo económico y social y la educación gratuita, en el ámbito del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Mato Grosso do Sul, los campus fronterizos: Corumbá y Ponta

## Introdução

O objetivo deste artigo é apontar as potencialidades de uma escola técnica federal instalada na região de fronteira na perspectiva do desenvolvimento econômico e social. O presente trabalho está inserido em um contexto fronteiriço interdisciplinar, inscrito na linha de pesquisa “Desenvolvimento, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente”.

Para tanto, utilizou-se de elementos do método de aplicação de pesquisa analisados qualitativamente à luz dos Estudos Fronteiriços. Constituinte uma trajetória iniciada com revisão bibliográfica, perpassando pela observação e levantamento de dados.

\* Mestre em Estudos Fronteiriços, Especialista em Psicopedagogia, Licenciado em Matemática, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul, Diretor-Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul – Campus Corumbá. E-mail: wanderson.batista@ifms.edu.br.

\*\* Doutora em Geografia, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: mara.aline@ufms.br.

Porã. Tratamos de identificar las contribuciones de estas dos unidades, “escuelas técnicas”, a favor del desarrollo local y regional, específicamente las fronteras que pertenecen al noroeste y suroeste del estado de Mato Grosso do Sul. Nuestros análisis indican que la trayectoria pasa por la alineación de instrumentos institucionales como el Plan de Desarrollo Institucional - PDI, a la implementación de cursos dirigidos a las necesidades de la población fronteriza.

**Palabras clave:** desarrollo local, educación profesional, frontera.

**Abstract:** This paper analyzes the relationship between economic and social development and free education, within the scope of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso do Sul, the frontier campuses - Corumbá and Ponta Porã. We sought to identify the contributions of these two units, “technical schools”, in favor of local and regional development, specifically the borders belonging to the northwest and southwest of the state of Mato Grosso do Sul. Our analyzes indicate that the trajectory goes through the alignment of institutional instruments such as the Institutional Development Plan - PDI, to the implementation of courses aimed at the needs of the border population.

**Keywords:** local development, professional education, frontier.



A pesquisa bibliográfica, constituiu-se como a ferramenta metodológica principal para caracterizar a fronteira como espaço de desenvolvimento, dotado de particularidades econômicas e sociais integradas a todo momento. Ao passo que, essa ferramenta metodológica, permitiu a análise de documentação específicas dos Institutos Federais como vistas a levantar informações sobre sua atuação a nível regional.

A trilha metodológica segue no item de observação, em que a atuação do autor, enquanto observador participante subsidia os levantamentos das ações do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul. A experiência como servidor da Instituição consubstanciará os questionamentos sobre a atuação da mesma no processo de desenvolvimento local apoiado na oferta de Cursos Técnicos de cunho binacional, sendo possível observar a expertise da Instituição e, a demanda por qualificação profissional para a fronteira Brasil – Bolívia, precisamente no entorno Corumbá – Puerto Quijarro. Segundo Pacheco (2011):

Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho - ciência - tecnologia – cultura, na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico das sociedades. As novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais demandam o domínio integrado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio - históricos. A ciência deve estar a

serviço do homem e a comunicação da produção do seu conhecimento é premissa básica para o progresso.

O marco teórico de início aos procedimentos metodológicos supracitados, remete aos documentos da expansão da Rede Federal no Brasil, e consequente a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Corumbá, no ano de 2011.

Partindo-se da premissa de que o desenvolvimento econômico e social de uma região caminha lado a lado com a qualificação de pessoal, observando as potencialidades da região. Visualiza-se a contribuição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia na formação da população, no que tange ao ensino técnico e profissionalizante, na formação de cidadãos aptos a colaborar com o desenvolvimento local. Propiciando o acesso ao ensino público de qualidade à toda população, e principalmente aqueles com dificuldade de ingresso em unidades educacionais de formação similares.

A abordagem destacada nesse artigo visa elencar uma série de ações a serem desenvolvidas pelos agentes educacionais na região de fronteira, com características voltadas ao desenvolvimento local. A de se buscar entender a política institucional das unidades escolares com o perfil voltado ao desenvolvimento socioeconômico da região de fronteira, e buscar mecanismos que permitam a inserção de ações destas unidades dirigidas ao arranjo produtivo local.

## Resultados da Pesquisa

A intrínseca relação entre educação e desenvolvimento econômico de uma região é foco de discussão de vários estudiosos. São inúmeras as contribuições apontando para o desenvolvimento local, respaldado por crescentes incentivos no setor educacional, tal como destaca Bruno (2011, p. 6):

O que é importante destacar aqui é que apenas o acréscimo das qualificações decorrente de uma formação mais complexa do trabalhador permite a introdução de inovações e garante que se trabalhe eficazmente com elas, viabilizando os ganhos de produtividade. Sendo que, por outro lado, a falta de investimento na educação provocará inevitavelmente o atraso nas conquistas e avanços econômicos e sociais de uma dada região.

Notórios exemplos de avanços no desenvolvimento econômico de determinados países, são apresentados e, raramente, desvinculados de premissas que envolveram a educação. Nesse sentido, não há como pensar em desenvolvimento econômico e social de uma região sem tratar concomitantemente da educação e

os fatores que envolvem a qualidade desta, bem como, as relações oriundas de adaptações necessárias para o seu pleno desenvolvimento. Tal como esta proposta de estudo, que se constitui em adaptação das propostas metodológicas de escolas, situadas na região de fronteira, com finalidade de atender à população dos países envolvidos.

Nesse contexto, visualizamos a inserção dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no País. Instituições com raízes estruturais nos antigos Cefet's – Centro de Formação Tecnológica, com foco no desenvolvimento de educação científica e tecnológica para contribuir para com o desenvolvimento local. Ao ser implantado, esse modelo de educação conduz a premissa de oferecer educação pública de excelência atendendo às demandas regionais, com vista aos arranjos produtivos locais.

Importante dizer que há uma preocupação, expressa nos Planos de Desenvolvimento Institucionais - PDI, em atender às necessidades locais na oferta de cursos técnicos, qualificação profissional e cursos de formação inicial e continuada vinculados aos arranjos produtivos da região. Evidenciando-se na dinâmica de implantação das unidades, bem como na inclusão de novos cursos nas unidades já implantadas. Onde prioritariamente, realiza-se uma consulta pública e/ou uma consulta aos gestores locais, para a inserção de novos cursos ou linha de atuação a ser implantada.

Neste artigo, procura-se analisar um recorte no estado de Mato Grosso do Sul, onde recentemente fora implantado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul - IFMS, LEI nº 11.892, 29/12/2008, constituídos por 10 unidades, sendo duas destas situadas em regiões fronteiriças, compreendendo as regiões noroeste e sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul: Campus Corumbá (fronteira com a Bolívia) e o Campus Ponta Porã (fronteira com o Paraguai).

Destaca-se ainda, que em ambos os municípios, as unidades do IFMS constituem-se nas únicas escolas públicas federais com oferta de ensino médio integrado ao técnico – profissional na região. Considerando que, ao Estado compete a obrigatoriedade da oferta de educação básica à população. Conforme aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9394/96) em seu artigo 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Depreende-se que, o agente do Estado responsável pela educação técnica profissional na região supracitada é o Instituto Federal. Então, a estas unidades

cabará atender dentro de toda a sua premissa de instalação as demandas daquela população. Sendo assim, é necessário conhecer a dinâmica dos IF's no que tange aos anseios da comunidade e sua Missão.

Toda Instituição educacional deve a princípio possuir como instrumento norteador o atendimento às necessidades locais, a educação desvinculada da cultura local não promove o desenvolvimento humano - social e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico. Conforme observa, Pacheco (2011, p. 16), em se tratando de Institutos Federais:

Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho - ciência - tecnologia - cultura, na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico das sociedades. As novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais demandam o domínio integrado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio - históricos. A ciência deve estar a serviço do homem e a comunicação da produção do seu conhecimento é premissa básica para o progresso.

Sob este pilar emerge o Instituto Federal de Educação, Instituição que visa contribuir para o desenvolvimento local com a oferta de cursos profissionalizantes de curta e longa duração, atendendo jovens e adultos com escolaridade variando do ensino fundamental II incompleto até o ensino superior completo. Destaca-se na sua missão o compromisso de intervenção na realidade local, com o intuito de promover o desenvolvimento local, como indica o inciso 1, parágrafo 1, do capítulo 1 do Estatuto do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul:

O Instituto Federal é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi e descentralizada, especializada na oferta educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

A rede Federal de Educacional Profissional e Tecnológica implantada no estado de Mato Grosso do Sul, em consonância com sua concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), precisará atender as particularidades desse estado multifacetado. Formado por várias etnias: japoneses, árabes, paraguaios, bolivianos, indígenas e outros, requer uma organização curricular/pedagógica coerente com essa dinâmica populacional, bastante heterogênea. E, particularmente na região de fronteira, onde fica evidente a mistura entre povos de diferentes origens, responsáveis pela identidade peculiar da região fronteiriça. Como bem destaca Garcia (2012, p. 23):

Não obstante, a própria identidade fronteiriça se dá na fronteira das identidades, no limite entre dois países, num lugar de troca, de encontro de alteridades. É na fronteira

regional e geográfica que surge o ser fronteiriço, mas é na fronteira, no limite simbólico entre duas identidades nacionais, que surge a identidade fronteiriça. Ela se manifesta no encontro, embora os sujeitos, mesmo sendo fronteiriços, continuem a ser brasileiros ou paraguaios. Na fronteira, há uma troca de culturas e de signos culturais, tais como a comida e a música (GARCIA, 2012, p. 56).

Esse cenário integra o estado de Mato de Grosso do Sul em que, a implantação do Instituto Federal de Educação no Estado, cuja missão, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2019-2023) é:

Promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico, formando profissional humanista e inovador, com vistas a induzir o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional (PDI, 2019-2023).

Considerando tais objetivos, questionamos: Qual a trajetória a ser seguida para se garantir a eficiência na inserção de uma organização educacional com esses moldes, na região de fronteira? Importante dizer que, muito se tem avançado nesse sentido com pesquisas desenvolvidas no Programa de Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Pesquisas voltadas ao Programa escola de fronteiras, a oferta de ensino técnico na modalidade Ead, além daquelas voltadas a formação de docentes. Não obstante, e com semelhante relevância, destaca-se aqui a dissertação intitulada “ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – Campus Corumbá: A Internacionalização de uma escola técnica na fronteira Brasil-Bolívia”, autoria deste pesquisador, relacionada a esse assunto, cujo estudo resultou em uma demanda que aponta para a necessidade da inserção da temática, “internacionalização” no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Fundamentada por pesquisas bibliográficas e prática de pesquisador – observador, a dissertação supracitada propicia compreender a “internacionalização”, como uma pauta que propiciará promover/articular ações voltadas a qualificação profissional e tecnológica na fronteira, observando às potencialidades humanas e materiais da região.

Notoriamente importante por se tratar de uma Instituição Educacional na região de fronteira, deve-se ter a preocupação com o atendimento para a questão linguística, misturas de culturas na sala de aula, por exemplo. Questões que suscitarão a oferta simultânea de atendimento ao aluno, presencial e via Educação à Distância e, a formação de docentes, são fatores que exigem pesquisa e adaptação para execução.

A inserção da temática “internacionalização” no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Mato do Grosso do Sul, se constitui como

estritamente necessário, pois, é o documento que regula as ações na Instituição, formalizando com a comunidade os passos a serem executados para atingir a meta proposta. As metas propostas nesse documento devem, obrigatoriamente, serem executadas e na impossibilidade devidamente justificadas, sob pena de advertência por órgãos de fiscalização.

Ao passo que a Instituição compreenda a necessidade e insira em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, a temática de “internacionalização”, pressupõem-se que ocorrerá o início de um processo de implementação de um programa educacional diferenciado com objetivo de atender as regiões de fronteiras.

Ressalta-se que, a ‘internacionalização’ apontada nesse estudo, não corresponde ao intercâmbio estudantil ou intercâmbio de capacitação docentes, ações estas já desenvolvidas no âmbito das Universidades e Institutos Federais brasileiros. Mas, refere-se a um programa estruturado visando o atendimento as necessidades educacionais da população de fronteira. Onde ocorra o estudo de viabilidade por cursos técnicos que atendam o arranjo produtivo local da fronteira, a população estudantil a ser atendida, a formação continuada do corpo docente e a estrutura disponível para a efetivação dos cursos.

Compete destacar ainda, que a logística de implantação de novos cursos nos Institutos Federais, perpassa por consulta pública aberta a todos os agentes envolvidos (estudantes, empresários, gestores, comunidade em geral), estudo de viabilidade envolvendo análise de corpo técnico e infraestrutura e vínculo com os arranjos produtivos locais.

A proposta de um programa educacional diferenciado para a região de fronteira em tese tem um perfil bilateral, envolvendo ambos os países da região de fronteira, porém entendendo a característica do Instituto Federal em atender as demandas locais de acordo com o arranjo produtivo da região. Não cabe aqui pensar no atendimento a essa premissa somente de um lado da fronteira, especialmente em se tratando de fronteira seca, como os casos de Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai. Outrossim, ao se pensar em fronteira, ou melhor região fronteira, não cabe pensar em separação, países separados por uma linha imaginária, divisória que segrega, mas sim pensar em uma região de constante movimento humano, com características peculiares formadas justamente pela heterogeneidade de seu povo e de sua cultura.

Considerando a concepção da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nesse contexto, de características peculiares que constituem as regiões fronteiriças, deverá romper com o dogma de uma educação padronizada geradora de um conflito cultural presente nas fronteiras brasileiras, como destaca Josgrillbert e Boufleur (2011, p. 6):

Pelo cenário que se descortina, acredita-se que na fronteira se configura um conflito cultural, visto que as escolas brasileiras ainda apresentam um currículo tradicional homogêneo, influenciado pela cultura luso-brasileira, enquanto que ao cultural indígena, pois o país é bilíngue fazendo com que desde cedo as crianças aprendam o guarani e o espanhol, alternando as duas línguas frente às necessidades cotidianas; crianças desse tipo, muitas vezes vêm ser alfabetizadas no Brasil, ou se apresentam em séries posteriores, incluindo-se até o nível universitário. Tem-se assim um currículo padronizado para pessoas diferenciadas. Ultimamente, um trabalho de entrosamento entre as escolas do Brasil e do Paraguai.

Ademais, o IFMS possui uma dinâmica de reestruturação dos PDIs a cada cinco anos, o que permite a inserção de ações visando o atendimento da missão institucional. Ou seja, o IFMS não é uma instituição com padrões “engessados”, possibilitando alteração e/ou inserção de propostas que permitam atendimento as particularidades oriundas da região na qual está inserida.

## Conclusões

Assim, vislumbra-se com esse estudo, contribuir com uma proposta de organização educacional diferenciada, que caminhe em consonância com os anseios das comunidades locais, fronteiriças, neste caso, contribuindo sobremaneira para o seu desenvolvimento. A oferta de ensino técnico profissional atendendo à demanda local no que tange ao aproveitamento dos recursos humanos e materiais produzidos na região, fortalece a economia da região. Ação que inevitavelmente promove o desenvolvimento da fronteira e conseqüentemente o desenvolvimento dos países envolvidos. Fazendo com que seja respeitada a identidade fronteiriça e esta seja um marco significativo para o crescimento econômico e social da região.

## Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *A dinâmica das Fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.

BARROSO, Carla Carneiro. Ações e políticas públicas para o desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira. In: BRASIL. *Reunião da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, jun. 2013. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cindra/audiencias-publicas/audiencias-publicas-2013/09-07-13/apresentacoes>. Acesso em: 13 mai. 2018.

BRASIL. *Lei Federal nº 9394, 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e base da educação nacional – LDB. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br).

BRASIL. *Educação Profissional e Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio*: Documento Base. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007.

BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação profissional de nível tecnológico*. Brasília: MEC, 2002.



BRUNO, Lúcia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. *Revista Brasileira de Educação* [en línea], Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 545-562, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27520749002>. Acesso em: 22 jun. 2019.

FAZENDA, Ivani. *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octavio. *A Sociedade Global*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IFMS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul. *Estatuto*. Campo Grande: IFMS, 2008.

IFMS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul. *Plano de desenvolvimento institucional - 2014 - 2018*. Campo Grande: IFMS, 2014.

JOSGRILBERT, Maria de Fátima V; BOUFLEUR, Emne Mourad. A ação docente na fronteira entre dois países frente à multiculturalidade: diversidade e diferenças culturais na perspectiva do Processo Civilizatório. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSOS CIVILIZADORES: Civilidade, Fronteira e Diversidade, 14., 2012, Dourados. *Anais [...]*. Dourados: UFGD, 2012. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Comunicacao\\_Oral/Trabalhos\\_Completos/Emne\\_e\\_Maria\\_de\\_Fatima.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Comunicacao_Oral/Trabalhos_Completos/Emne_e_Maria_de_Fatima.pdf). Acesso em 13 de maio de 2019.

LIBÂNEO. José C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2008.

MACHADO, Lia Osório; STEIMAN, Rebeca. *Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Programa escolas bilíngues de fronteira*. Brasília: MEC, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Formação de professores do ensino médio*. Curitiba: MEC, 2013.

PACHECO. Eliezer. *Os Institutos Federais: Uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília: Moderna, 2011.

PEREIRA, Jacira Helena do V. Diversidade cultural nas escolas de fronteiras Internacionais: o caso de Mato Grosso do Sul. *Revista Múltiplas Leituras*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 51-63, jan./jun. 2009

RAFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito C. M. (Org.). *Territórios sem Limites*. Campo Grande: Editora UFMS, 2006.